



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Secretaria Geral Parlamentar
Secretaria de Documentação
Equipe de Documentação do Legislativo

Emenda ao Projeto de Lei nº 105/13 (Ver. Patrícia Bezerra)

A ementa passa a vigorar com o seguinte teor:

Acrescenta os §§ 5º, 6º, 7º, 8º e 9º ao artigo 6º da Lei 10.205, de 4 de dezembro de 1986, que disciplina a expedição de licença de funcionamento

O Art. 1º passa a vigorar com o seguinte redação:

Art. 1º - O artigo 6º da Lei 10.205, de 4 de dezembro de 1986, passa a vigorar acrescido dos §§ 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, com a seguinte redação:

“Art. 6º

.....
§ 5º Sem prejuízo das penas previstas em legislação própria, os estabelecimentos do Município de São Paulo que, direta ou indiretamente, sejam responsabilizados pelas condutas que configurem redução de pessoa à condição análoga de escravo, poderão sofrer as seguintes penalidades:

I - multa de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);

II - Cassação da licença de funcionamento, no caso:

a) de não pagamento da multa prevista no inciso I;

b) de reincidência; ou

c) da comprovação da extrema gravidade da conduta, na forma de regulamento, respeitado o procedimento previsto no § 7º.

§ 6º Na forma do inciso II do § 5º deste artigo, fica vedada a concessão de nova licença pelo prazo de cinco a dez anos ao estabelecimento penalizado.

§ 7º A aplicação do disposto no § 5º deste artigo será precedida de procedimento administrativo, garantidos a ampla defesa e o contraditório.

§ 8º A abertura do procedimento administrativo de que trata o § 7º ocorrerá pela ciência:

a) de decisões judiciais, decorrentes do trânsito em julgado ou proferidas por órgão colegiado; ou

b) de decisões administrativas, das quais não caiba recurso, de quaisquer dos órgãos da Administração Pública, acompanhadas de parecer favorável da Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Escravo - COMTRAE, na forma do regulamento.

§ 9º O procedimento administrativo de cassação de licença de que trata o inciso II do § 5º também poderá ser aberto no caso de decisão judicial condenatória de sócio administrador, sócio majoritário ou de responsável legal pelo estabelecimento, transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pelo crime previsto no art. 149 do Código Penal.”

Os artigos 3º, 4º, 5º e 6º do original ficam suprimidos.

O Art. 2º passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - A presente Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Patrícia Bezerra
VEREADORA

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da Cidade em 05/01/2017, p. 51

Para informações sobre o projeto referente a este documento, visite o site www.camara.sp.gov.br.